

# NEWSLETTER JURÍDICA

Nº 5

março – novembro 2022

*Edição especial*



## XXIV ENCONTRO NACIONAL APAJ

26/NOV 2022

Casa do Juiz | Coimbra

*Caríssimos Associados,*

A presente Newsletter tem como primordial objetivo congregar e sintetizar informações práticas e jurídicas contundentes com a atividade de Administrador Judicial e áreas conexas.

*Boas Leituras!*



## SUMÁRIO

### I. Notícias

### II. Vídeos e Eventos

### III. Jurisprudência

### IV. Publicidade

 audax firmus  
MEDIAÇÃO DE SEGUROS

**ONEFIX**  
LEILOEIRO S. Lda



**LEILOSOC®**  
MARKET PARTNERS

**Luso-Roux**  
Avaliações



**Innovarisk**  
UNDERWRITING

## I. NOTÍCIAS

### Entrevista Presidente da APAJ | *Revista Sollicitare*



Entrevista a Fernando Esperança, Presidente da Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais

***“O administrador judicial é um servidor da Justiça e do Direito”***

<https://www.osae.pt/pt/reportagem/revista-sollicitare/1/1/1/254>

### Decreto-Lei nº 57/2022, de 25 de agosto



Diário da República n.º 164/2022, Série I de 2022-08-25, páginas 138 – 139

**Decreto-Lei n.º 57/2022, de 25 de agosto**

*Simplifica a tramitação do incidente de verificação do passivo e graduação de créditos no processo de insolvência*

<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/57-2022-200268065>









## Revista JULGAR - Conferência Direito da Insolvência, 1 de julho, Bencanta

Mais informações <http://julgar.pt/conferencia-da-revista-julgar.../>

## PÓS-GRADUAÇÃO

Out.22 - Mar.23 | 19h30 - 22h00 | On-line via Zoom

**INSCRIÇÕES**  
**ATÉ 30.SET.22**

### Recuperação Preventiva e Sustentabilidade das Empresas

**Coordenação:**  
**Professora Doutora Conceição Soares Fatela**  
**Professor Doutor José Gonçalves Machado**

**APRESENTAÇÃO**  

As recentes crises têm revelado que as empresas assumem um lugar de destaque na economia e na sociedade em geral. A recuperação das empresas viáveis e a sua sustentabilidade tenderá a evitar a sua insolvência e encerramento e, por consequência, contribuirá decisivamente para limitar a perda desnecessária de empresas, de postos de trabalho, de competências e conhecimentos especializados, ao mesmo tempo que potenciará a preservação e maximização de valor em benefício de todos os interessados e da economia e da sociedade em geral.

O curso de Pós-Graduação em Recuperação Preventiva e Sustentabilidade das Empresas tem por principal objetivo proporcionar aos vários profissionais que intervêm na recuperação preventiva e sustentabilidade das empresas uma formação sólida e uma abordagem teórico-prática de excelência, que ajudará a responder aos desafios e problemas práticos.

Universidade Lusófona  
 Campo Grande, 376  
 1749-024 Lisboa - Portugal  
 Telf: 217 815 500  
[info@ulusofona.pt](mailto:info@ulusofona.pt)  
[www.direito.usulsofona.pt](http://www.direito.usulsofona.pt)





## Universidade Lusófona

### Pós-graduação em Recuperação Preventiva e Sustentabilidade das Empresas

Para mais informações consultar:

<https://www.usulsofona.pt/pos-graduacoes/recuperacao-preventiva-e-sustentabilidade-das-empresas?fbclid=IwAR1g4FSv88sBrigXH0LbzeivarQ9kzirBWY04Vc5MPv8NpgYqYLOr8doFsg>



A realização do **Encontro Nacional da APAJ**, que conta no presente ano com a sua XXIV edição, é um inegável marco para a Associação, e bem assim para todos os seus Associados, bem como para todos os profissionais que se ocupam com o Direito da Insolvência. Neste ainda regime probatório de rescaldo da entrada em vigor da *Lei nº 9/2022, de 11 de abril*, numerosas e profusas questões se têm colocado junto dos Administradores Judiciais e dos Tribunais que carecem indelevelmente de serem debatidas e clarificadas, numa certamente profícua partilha de experiências.



## XXIV ENCONTRO NACIONAL APAJ

26/NOV

Casa do Juiz  
| Coimbra

### Programa

9H30 Receção

10h00

*Prof.ª Dr.ª Catarina Sarmento e Castro, Ministra da Justiça*

*Dr. Manuel Henrique Ramos Soares, Juiz Presidente da ASJP- Associação Sindical dos Juizes Portugueses*

*Dr. Fernando Esperança, Presidente da Direção da APAJ*

**10h30 1º Painel – Direitos e Deveres dos AJ's em consequência das novas alterações legislativas**

*Dr.ª Fátima Reis Silva, Juiz Desembargadora no Tribunal da Relação de Lisboa*

*Dr. David Sequeira Dinis, Advogado na Uria Menéndez, Proença de Carvalho*

Moderador: Dr. João Castelhana

Debate

11h30 Coffee-break

**11h45 2º Painel – Estatuto do Administrador Judicial e Cálculo da Remuneração Variável**

*Dr. Nuno Araújo, Juiz de Direito no Juízo do Comércio de Aveiro, Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro*

*Prof. Doutor Alexandre Soveral Martins, Advogado e Professor na Universidade de Coimbra*

Moderador: Dr. Inácio Peres

Debate

13h00 Almoço

**14h30 3º Painel - Acompanhamento da Profissão de AJ**

*Dr.ª Ana Cristina Bicho, Subdiretora-Geral para a Área da Justiça Tributária e Aduaneira – AT*

*Dr. José Mota Gomes, Vogal da CAAJ*

Moderador: Dr. António Emílio Pires

Debate

**15h30 4º Painel - Sistema de Nomeação dos Administradores Judiciais (SNAJ)**

*Dr.ª Maria do Céu Martins Dixe, Juiz de Direito no Juízo do Comércio de Coimbra, em representação do CSM*

*Eng. João Verdasca, Núcleo de Arquitetura de Sistemas de Informação para a Área da Justiça – IGFEJ*

Moderador: Dr. Fernando Esperança

Debate

16h30 – Coffee-break

**17h00 Encerramento dos trabalhos**

### Apoios:



## III. JURISPRUDÊNCIA

|  |           |
|--|-----------|
| <b>ADMINISTRADOR JUDICIAL .....</b>                        | <b>7</b>  |
| ➔ Remuneração Variável.....                                | 7         |
| <b>INSOLVÊNCIA .....</b>                                   | <b>8</b>  |
| ➔ Impugnação Pauliana.....                                 | 8         |
| ➔ Exoneração do Passivo Restante .....                     | 9         |
| ➔ Plano de Pagamentos .....                                | 9         |
| ➔ Insolvente .....   | 10        |
| ➔ Contrato Promessa de Compra e Venda .....                | 10        |
| ➔ Venda .....  | 11        |
| ➔ Resolução Negócio em Benefício da Massa Insolvente ..... | 11        |
| ➔ Massa Insolvente .....                                   | 12        |
| ➔ Notificações .....                                       | 12        |
| ➔ Verificação Ulterior de Créditos .....                   | 12        |
| <b>RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES.....</b>     | <b>13</b> |
| <b>QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA .....</b>                   | <b>14</b> |
| <b>SOCIEDADE DE ADMINISTRADORES DA INSOLVÊNCIA.....</b>    | <b>15</b> |
| <b>PATROCÍNIO JUDICIÁRIO.....</b>                          | <b>15</b> |

## ADMINISTRADOR JUDICIAL

### → Remuneração Variável

#### ADMINISTRADOR JUDICIAL | REMUNERAÇÃO VARIÁVEL | APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI NOVA

Acórdão Tribunal da Relação de Lisboa | 20/09/2022

*A redação dada pela Lei nº 9/2022, de 11 de janeiro, ao art. 23º do Estatuto do Administrador Judicial, no tocante à forma de cálculo da remuneração variável, é de aplicação imediata nos processos pendentes: sempre que a fixação da remuneração variável ocorra após a data de entrada em vigor do diploma, deve ser calculada nos termos da nova redação do mesmo.*

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/32cb99e29e03bb19802588d9004a05a5?OpenDocument>



A aplicação das alterações legislativas pugnadas pela Lei nº 9/2022, no que ao EAJ diz respeito, têm vindo a gerar entendimentos antagónicos e dissidências jurisprudenciais.

O tribunal da Relação de Lisboa disciplina no Acórdão supra o mesmo entendimento defendido, *ab initio* pela APAJ no sentido de que:

***“(…)Passando ao cálculo da majoração prevista no nº7 do art. 23º, deduzem-se do resultado da liquidação a remuneração fixa e a remuneração variável achada - € 431.996,21 – (2.460,00 + 21.599,81+IVA de € 4.967,95) – achando-se o montante a distribuir pelos credores, ou seja, o que vai constituir o valor dos créditos satisfeitos, que é de € 402.968,45. 5% deste montante corresponde a € 20.148,42.(…)”***

## INSOLVÊNCIA

### → Impugnação Pauliana

EMBARGOS DE EXECUTADO | IMPUGNAÇÃO PAULIANA | CEDENTE | CRÉDITO  
| DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA | AÇÃO EXECUTIVA | TERCEIRO ADQUIRENTE | OBRIGAÇÃO  
DE RESTITUIÇÃO | PATRIMÓNIO DO DEVEDOR | MASSA INSOLVENTE | CREDOR  
| RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS | CONCURSO DE CREDORES | INSOLVÊNCIA  
Acórdão Supremo Tribunal de Justiça | 15/02/2022

*I – Se o cedente de um crédito, que vem a ser objeto de uma ação de impugnação pauliana, é declarado insolvente em momento anterior à instauração de ação executiva, intentada apenas contra o terceiro adquirente, com base na sentença que julgou procedente a ação pauliana, o crédito cedido deve, excepcionalmente, regressar ao património do devedor, para integrar a massa insolvente e responder perante os credores da insolvência.*

*II – Em consequência, o terceiro adquirente está obrigado a restituir efetivamente à massa insolvente o crédito transmitido pelo devedor e o credor exequente deve reclamar o seu crédito no processo de insolvência, em concorrência com os demais credores, nos termos legais.*

<http://www.dgsi.pt/jsti.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/cb8b61052fe4a72a802587ea00601ec6?OpenDocument&fbclid=IwAR1rljSVFcjMJI6kNfhit3wXLLvp3EDgiOSmaYzWTh16PUj9t0iyLipQ2i8>

IMPUGNAÇÃO PAULIANA | INSOLVÊNCIA | ENCERRAMENTO POR FALTA DE BENS  
Acórdão Tribunal da Relação de Évora | 12/05/2022

*I – Considerando que a procedência de ação de impugnação pauliana relativa a um contrato de doação não tem como consequência o regresso ao património da insolvente / doadora do direito doado, o qual se mantém no património dos donatários, passando a responder pelas dívidas da doadora na medida do interesse da credora impugnante, não há que proceder à apreensão de tal direito, ou da expectativa da respetiva aquisição, para a massa insolvente;*

*II – Não se encontrando apreendido qualquer bem ou direito para a massa e não decorrendo dos autos a existência de património pertencente à insolvente não apreendido, cumpre concluir que inexistem bens ou direitos a liquidar, assim se mostrando o património da devedora insuficiente para satisfazer as custas do processo e as restantes dívidas da massa insolvente.*

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/bf70ae5255a6bd348025884b002ec9d6?OpenDocument&fbclid=IwAR1HPUDMLQMt8iaCLNnScX-DLGD-OlcrhxAZ9limNcFuv4rwL9qXwL2XNQ>

## → Exoneração do Passivo Restante

### EXONERAÇÃO DO PASSIVO RESTANTE | RENDIMENTO DISPONÍVEL

Acórdão Tribunal da Relação de Évora | 24/02/2022

- o rendimento indisponível para efeitos de exoneração do passivo restante há de fixar-se através da ponderação das concretas circunstâncias do caso, alcançando, no âmbito dos parâmetros legalmente estabelecidos, o montante razoavelmente necessário para fazer face ao sustento minimamente digno do devedor e do seu agregado familiar, não descurando a finalidade do processo de insolvência no sentido da satisfação dos credores;
- tratando-se, porém, de um agregado familiar cujo rendimento não é apto a garantir a afetação do valor correspondente à RMMG a cada um dos progenitores, afigura-se que o princípio constitucional da garantia da dignidade da pessoa humana impede se imponha a compressão do nível de vida que mantinham antes da declaração da insolvência;
- residindo o Insolvente na Irlanda, país onde se encontra a trabalhar, o valor de uma das RMMG que integram o rendimento indisponível para efeitos de cessão ao fiduciário deve ser aferida por referência àquela que vigorar nesse país.

<http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/aa0bb81adec41d2f802587fb003620d8?OpenDocument&fbclid=IwAR3fbbqutG5xOVOMgdpBNnpnTqNGgKeUG6y13S3h5xKcn8A8mT6LSZkYB48>

### INSOLVÊNCIA | CONDIÇÕES DE SOLVABILIDADE | LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ | CUSTAS

Acórdão Tribunal da Relação de Guimarães | 30/06/2022

1. A possibilidade ou impossibilidade de cumprimento de obrigações vencidas (art.3º/1 do CIRE) apenas pode sustentar-se em factos concretos provados ou presumidos judicialmente e não pode suportar-se em meras suspeições genéricas de possibilidade de solvência.
2. A presunção de factos essenciais a extrair de outros factos provados (arts.349º e 351º do C. Civil) encontra-se limitada quando esses factos essenciais foram alegados, foram julgados não provados e não foi impugnada a matéria de facto nos termos do art.640º do C. P. Civil.
3. A possibilidade económica de cumprimento de obrigações já vencidas deve aferir-se face à liquidez do património do devedor e à sua capacidade de acesso a crédito líquido (art.3º/1 do CIRE).

<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/4225ff875c462c3a80258884004a3bd2?OpenDocument&fbclid=IwAR3vOX9gbbZQRtX080K0txpcXzFVqwr1EY-IYbaNR7QfkZmHeBc8Qz4pO0I>

## → Plano de Pagamentos

### INSOLVÊNCIA | PESSOA SINGULAR | PLANO DE PAGAMENTOS | SÓCIO-GERENTE | SUSPENSÃO DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA | PLURALIDADE DE PROCESSOS

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra | 8/03/2022

- I) Para efeitos do previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 249.º do CIRE, a qualidade de sócio e gerente de uma sociedade não equivale à titularidade de exploração de empresa.
- II) A apresentação do plano de pagamentos determina a suspensão do processo de insolvência em que tal plano foi apresentado e de outro processo de insolvência que esteja pendente contra os mesmos devedores.



[http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/bd6f0fe8fa2c8e4b80258808004d649a?OpenDocument&fbclid=IwAR1heKxwkwBMsEtuVGrM-A\\_JvLarFHHHS3RZEFZCbvYU9hS0tbGAmPvHsTk](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/bd6f0fe8fa2c8e4b80258808004d649a?OpenDocument&fbclid=IwAR1heKxwkwBMsEtuVGrM-A_JvLarFHHHS3RZEFZCbvYU9hS0tbGAmPvHsTk)

## → Insolvente

### INSOLVENTE | SUBSTITUIÇÃO | INTERESSE DOS CREDORES | CONFLITO DE INTERESSES Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa | 17/03/2022

*I. Negar-se ao insolvente o direito de pleitear por si – mais concretamente, de ele próprio nela se representar (ao invés do administrador de insolvência), equivale na prática à negação do direito à acção do insolvente numa situação em que há evidente conflito de interesses entre si e os credores da insolvência.*

*II. Há manifesto conflito de interesse entre o Administrador da insolvência e o Autor que foi declarado insolvente, quando os credores da insolvência, rés na acção intentada pelo Autor insolvente, deliberam pela desistência do pedido pondo assim termo à acção, desistência essa apresentada pelo mandatário constituído pelo Administrador face à declaração de caducidade do mandato conferido inicialmente pelo Autor.*

*III. Logo, as acções de natureza patrimonial que manifestamente estarão arredadas da substituição do insolvente pelo Administrador da insolvência, afastando-se o previsto no artº 81º do CIRE, serão ou aquelas que não visam o interesse dos credores, ou nas quais exista um conflito de interesses entre estes e o insolvente.*

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/cbf4cad95e26aaaf802588170049bbc3?OpenDocument&fbclid=IwAR1C53bwi7GLHKA5VfqGUeyeKdLI6PLYUsx0BXMOKATdXvZI2DqjSBh3sKc>

## → Contrato-Promessa de Compra e Venda

### CONTRATO-PROMESSA DE COMPRA E VENDA | DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA | INCUMPRIMENTO DO CONTRATO | INCUMPRIMENTO DEFINITIVO | CONSUMIDOR | ACÓRDÃO UNIFORMIZADOR DE JURISPRUDÊNCIA Acórdão Supremo Tribunal de Justiça | 5/04/2022

*I - A uniformização jurisprudencial constante do AUJ 4/2014 não é aplicável quando se está perante contratos-promessa que haviam já cessado antes da declaração de insolvência da promitente-vendedora, ou seja, tal uniformização jurisprudencial aplica-se apenas aos contratos-promessa que, no momento da declaração de insolvência da promitente-vendedora, forem ainda “negócios em curso”.*

*II - Não são “negócios em curso” os contratos-promessa de compra e venda já resolvidos antes da declaração de insolvência e/ou aqueles cujo cumprimento, à data da declaração de insolvência, estava já impossibilitado.*

*III - O que - estar o cumprimento do contrato-promessa de compra e venda impossibilitado - não se confunde nem com o saber/apurar se assistia, à data da declaração de insolvência, o direito à resolução contratual por parte do promitente comprador nem com o saber/apurar se, à data da declaração de insolvência, havia incumprimento definitivo por parte da promitente vendedora/insolvente.*

*IV - Produzidos uma declaração ou comportamento que mostre a intenção categórica do devedor não cumprir, o devedor, que assim procede, provoca o incumprimento, sem que, porém, se extinga o seu dever de prestação - razão por que o credor continua a poder a exigir o cumprimento, a poder pedir a execução específica se nisso ainda tiver interesse, assim como pode exercer o direito de resolução - ou seja, para efeito do art. 102.º, n.º 1, do CIRE, continuamos perante um “negócio em curso”, uma vez que o comportamento demonstrativo da vontade de não cumprir, caso configure incumprimento definitivo, não faz sem mais e “automaticamente” o contrato cessar, sendo antes pressuposto de consequências jurídicas imediatas, como as referidas exigibilidade do cumprimento, execução específica do contrato-promessa ou resolução do contrato.*

*V - No AUJ 4/2019, apenas esteve em causa - e só em relação a isso foi uniformizada jurisprudência - o conceito do elemento subjetivo ativo do ato de consumo, ou seja, o AUJ 4/2019 não veio dizer que se deve prescindir da componente relacional típica da noção jurídica de consumidor, componente relacional esta que pressupõe a existência de uma determinada contraparte dos atos ou relações de consumo, sendo que tal contraparte,*

*segundo o art. 2.º, n.º 1, in fine da Lei do Consumidor, deverá ser uma pessoa que exerça com carácter profissional uma atividade económica que vise a obtenção de benefícios, o mesmo é dizer, alguém (um empresário ou profissional) que desenvolva uma atividade económica dirigida a qualquer tipo de vantagem patrimonial, atividade económica essa exercida com carácter profissional.*

*VI - Ficam assim - por faltar o elemento relativo ao sujeito passivo ou contraparte do ato de consumo - excluídos do conceito jurídico de consumidor as relações em que o sujeito passivo do ato de consumo é um indivíduo que não exerce qualquer atividade económica profissional; isto é, ficam excluídos todos os contratos-promessa de compra e venda celebrados entre particulares.*

[http://www.dgsi.pt/istj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/1cd0a9a0eabf09bc8025881c002f2efc?OpenDocument&fbclid=IwAR017\\_IBYhEGNEgBlgArMA-bJjXF5MxHElZqWfIAiSYQa5rt\\_BhqIEHNkl](http://www.dgsi.pt/istj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/1cd0a9a0eabf09bc8025881c002f2efc?OpenDocument&fbclid=IwAR017_IBYhEGNEgBlgArMA-bJjXF5MxHElZqWfIAiSYQa5rt_BhqIEHNkl)

## → Venda

**VENDA EM PROCESSO DE INSOLVÊNCIA | PROPOSTA | DIREITO DE RETENÇÃO | VANTAGEM PARA A MASSA INSOLVENTE | COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL**  
Acórdão Tribunal da Relação de Guimarães | 30/06/2022

*I. Cumprido o disposto no art.º 164º n.º 2 do CIRE e apresentada uma proposta pelo credor reclamante que alega ser titular de um direito de retenção, nos termos da 1ª parte do n.º 3 e do n.º 4, do art.º 164º do CIRE, cabe em exclusivo ao administrador de insolvência, sem prejuízo das situações em que é necessário obter o consentimento da comissão de credores para a venda (alínea g) do n.º 3 do art.º 161º do CIRE), decidir se aceita a proposta do credor e concomitantemente rejeita a alienação projectada ou, ao invés, rejeita a proposta do credor e aceita a alienação projectada.*

*II. Não cabe nas competências do tribunal pronunciar-se previamente quanto a tal questão, nem a decisão que venha a ser adoptada pelo AI é suscetível de impugnação junto do juiz do processo*

[http://www.dgsi.pt/itrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/c5b7c44703a08a4f8025887f004d8e63?OpenDocument&fbclid=IwAR3X9EwSSAfD-8xtesLMkLXveIWO2wxvFEVckDg8XKVmP\\_x3jwpm0W\\_freQ](http://www.dgsi.pt/itrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/c5b7c44703a08a4f8025887f004d8e63?OpenDocument&fbclid=IwAR3X9EwSSAfD-8xtesLMkLXveIWO2wxvFEVckDg8XKVmP_x3jwpm0W_freQ)

## → Resolução de Negócio em Benefício da Massa Insolvente

**ACÇÃO DE RESOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS EM BENEFÍCIO DA MASSA | PRAZO DE CADUCIDADE | ACÇÃO EXTEMPORÂNEA | ABUSO DE DIREITO**  
Acórdão Tribunal da Relação de Guimarães | 30/06/2022

*Situando-se em 22-09-2020 o dies a quo do prazo de 6 meses previsto no artº 123º, do CIRE, para o Administrador de Insolvência intentar acção de resolução dos negócios em benefício da Massa e tendo tal prazo corrente apenas estado suspenso por 74 dias (desde 22 de Janeiro até 5 de Abril de 2021) por efeito da Lei nº 4-B/2021, de 1 de Fevereiro e da Lei nº 13-B/2021, de 5 de Abril (que alteraram sucessivamente a Lei nº 1-A/2020, de 19 de Março (Leis COVID), tinha já caducado tal direito quando a acção deu entrada em 17-08-2021*

[http://www.dgsi.pt/itrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/944643cc56f6ac2d8025888400499e1e?OpenDocument&fbclid=IwAR12RHhibpIdbbpooD58Xh\\_iJ\\_YqgUt71GJASfymODHYXCRA7Apt5nM3o](http://www.dgsi.pt/itrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/944643cc56f6ac2d8025888400499e1e?OpenDocument&fbclid=IwAR12RHhibpIdbbpooD58Xh_iJ_YqgUt71GJASfymODHYXCRA7Apt5nM3o)

## → Massa Insolvente

### MASSA INSOLVENTE | SEPARAÇÃO DE BENS | PRAZO Acórdão Tribunal da Relação de Évora | 15/09/2022

*- A procedência da acção intentada pelo ex-cônjuge, por apenso ao processo de insolvência, ao abrigo do artigo 146.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE, implica apenas o mero reconhecimento da natureza comum dos bens em causa, atingidos pela diligência realizada no processo de insolvência e o consequente direito à separação de bens, não dispensando a ex-cônjuge da posterior concretização da partilha no processo adequado (inventário), sendo que, comprovando-se a instauração do processo de inventário, com vista à separação de bens, impõe-se a suspensão da liquidação dos imóveis apreendidos.*

*- E, concretizada que esteja a partilha dos bens do casal no processo de inventário, só então deverá prosseguir a liquidação no processo de insolvência, com a venda dos imóveis, no caso do quinhão do insolvente ser preenchido com essas verbas.*

[http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/63bbe80506842cc1802588cc00338ddf?OpenDocument&fbclid=IwAR33hTdrM-d3YrsdMSeXfmla1OhS7zhiweSTv5cbhU4T4U\\_D1SDW0IYd7eQ](http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/63bbe80506842cc1802588cc00338ddf?OpenDocument&fbclid=IwAR33hTdrM-d3YrsdMSeXfmla1OhS7zhiweSTv5cbhU4T4U_D1SDW0IYd7eQ)

## → Notificações

### INSOLVÊNCIA | NOTIFICAÇÕES | PRAZO DE ALEGAÇÕES | NOTIFICAÇÃO DOS REQUERIMENTOS DE INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS Acórdão Tribunal da Relação do Porto | 15/09/2022

*I - O nº 2 do art.º 9º do CIRE regula apenas sobre as diversas formas de efetuar as notificações, sendo completamente omissa quanto à necessidade/obrigatoriedade de as efetuar, ou não.*

*II - Já o nº 2 do art.º 14º do CIRE apenas estatui sobre o prazo para alegações/contra-alegações.*

*III - Da conjugação dos dois preceitos não resulta o afastamento da obrigatoriedade de notificação aos interessados dos requerimentos de interposição dos recursos.*

[http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/90cad0f25057d081802588da004c5e6a?OpenDocument&fbclid=IwAR2Z4eKT3\\_UP67vQbwUqLGU1V55OnoaribGwtPladWMqaZwi0GPviUHHd6E](http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/90cad0f25057d081802588da004c5e6a?OpenDocument&fbclid=IwAR2Z4eKT3_UP67vQbwUqLGU1V55OnoaribGwtPladWMqaZwi0GPviUHHd6E)

## → Verificação Ulterior de Créditos

### SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE GRUPO | AUTORIDADE DO CASO JULGADO | OFENSA DO CASO JULGADO | DIREITO DE CRÉDITO | INSOLVÊNCIA | VERIFICAÇÃO ULTERIOR DE CRÉDITOS | RESOLUÇÃO DO NEGÓCIO | INTERESSE CONTRATUAL POSITIVO | OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR | CONTRATO DE ARRENDAMENTO | RENDA | LUCRO CESSANTE | ÓNUS DA PROVA Acórdão Supremo Tribunal de Justiça | 11/10/2022

*I - Pese embora a sociedade dominante poder ser legalmente responsável pelas obrigações da sociedade que lhe está subordinada, a decisão de reconhecimento de um crédito sobre esta última em sede da respetiva insolvência não se impõe como autoridade de caso julgado em posterior ação instaurada pelo mesmo credor contra a sociedade dominante para reconhecimento do mesmo crédito.*

*II - Compete ao credor que se diz lesado, e não ao devedor insolvente, alegar e provar os factos que integram o seu pretensão direito de crédito indemnizatório a título do dano positivo ou de cumprimento, sem o que não pode tal crédito ser reconhecido. I - O nº 2 do art.º 9º do CIRE regula apenas sobre as diversas formas de efetuar as notificações, sendo completamente omissa quanto à necessidade/obrigatoriedade de as efetuar, ou não.*

*II - Já o nº 2 do art.º 14º do CIRE apenas estatui sobre o prazo para alegações/contra-alegações.*

*III - Da conjugação dos dois preceitos não resulta o afastamento da obrigatoriedade de notificação aos interessados dos requerimentos de interposição dos recursos.*

<http://www.dgsi.pt/istj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/89ec8a2bc9f6d609802588d8004b8c24?OpenDocument&fbclid=IwAR0ScKkiRmPdNTmjiTRc2fD-7HBd145NXDNPCADHS9kCsKQ3Nke4Nrg18a4>

## RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES

**SOCIEDADE INSOLVENTE | RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES | CONTRATO DE SEGURO | INTERVENÇÃO PROVOCADA**  
**Acórdão Tribunal Relação de Lisboa | 17/03/2022**

*I-A legitimidade exclusiva atribuída ao administrador de insolvência no âmbito das acções de responsabilização em relação aos administradores da sociedade insolvente, constante do art.º82.º n.º3 b) do CIRE, refere-se apenas às acções que tenham em vista a impugnação dos actos dos administradores prejudiciais à massa insolvente e, por conseguinte, lesivos da generalidade dos credores.*

*II-Mediante contrato de seguro celebrado entre a Ré e a Zurich Insurance Plc UK Branch, esta assumiu o risco da responsabilidade civil dos administradores da referida Ré perante a sociedade, acionistas e terceiros pelos prejuízos decorrentes de atos ou omissões que lhes sejam individualmente imputáveis. Trata-se de um seguro D&O Insurance ( Directors and Officers ) que visa mitigar o risco pessoal do património do administrador de forma a incentivar e atrair os gestores mais capazes para o desempenho desses cargos.*

*III-Deve ser admitida a intervenção principal da Seguradora nos termos do art.º 316.º n.º2 a) do Código de Processo Civil.*

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/c9d3c977b0709f1b8025881700514456?OpenDocument&fbclid=IwAR0hppKCOUBk7X5-zpOBEg6bfGOxWyWmSBB9OLKWRzjL8pzCwsAylqndkbU>

## QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA

### QUALIFICAÇÃO DE INSOLVÊNCIA | PRESUNÇÃO DE CULPA | NEXO DE CAUSALIDADE | ADMINISTRADOR

Acórdão Supremo Tribunal de Justiça | 5/04/2022

*I - O incumprimento da obrigação de manter contabilidade organizada - que, por substancial, pressupõe a omissão de elementos relevantes e essenciais em termos contabilísticos - há-de influir nessa percepção, impedindo-a, impossibilitando ou prejudicando o conhecimento das causas da insolvência ou do agravamento destas.*

*II - A omissão na elaboração das contas anuais e ao seu depósito na respectiva Conservatória, não constitui, a se, uma presunção inilidível de comportamento culposo e causal da situação insolvencial, sendo mister apurar-se o nexo causal entre tais omissões e a criação e/ou o agravamento do estado de insolvência, situação esta que tem de ser devidamente alegada e provada: o n.º 3 do art. 186.º apenas presume a culpa do administrador naquela omissão, mas já não em relação ao nexo causal entre o seu comportamento e o estado de insolvência ocorrido ou o seu maior comprometimento.*

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/8c9b0a507ffecb118025881c002e4583?OpenDocument&fbclid=IwAR2fp0jlm-tLuERHX89I YOodYZw TrkkXT5YAS2mYFzR8B6GmGlZb4YVc>

### QUALIFICAÇÃO DE INSOLVÊNCIA | INSOLVÊNCIA CULPOSA | INIBIÇÃO DO FALIDO GERENTE | INTERDIÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE | COMÉRCIO

Acórdão Supremo Tribunal de Justiça | 5/07/2022

*I- Mostrando-se que a sociedade insolvente jamais providenciou no sentido de ser mantida contabilidade, tendo existido à margem do cumprimento de tal obrigação legal, ocorre fundamento para a qualificação da insolvência como culposa, nos termos da alínea h) do n.º 2 do art. 186.º do CIRE.*

*II- Nesta situação é ajustado fixar em 3 anos o período de inibição do afetado gerente para o exercício do comércio.*

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/934b70eee577f02380258877002de82b?OpenDocument&fbclid=IwAR1ElXSbjUfpQlksFvBbSX2v3vqAoV4W6lc6LoHZ4H9Za44dpgBBZniR7AI>

### QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA | OCULTAÇÃO DE PATRIMÓNIO | PESSOA AFETADA COM A DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA CULPOSA

Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra | 11/10/2022

*I – Nas al.ºs a) a g) do n.º 2 do art. 186.º do CIRE estão em causa factos/atos em que há um denominador comum de delapidação do património do devedor, existindo (em abstrato) um nexo lógico entre os respetivos factos/atos e a criação ou o agravamento da situação de insolvência, âmbito em que o legislador se limitou a presumir a causalidade (que era latente) entre eles e a insolvência.*

*II – Não há ocultação de património da devedora, a que alude o art. 186.º, n.º 2, al.º a), do CIRE, se os bens foram vendidos, por ocorrida diminuição da respetiva atividade, devido ao surgimento da pandemia Covid-19, mas o produto da venda deu entrada nas contas daquela e foi utilizado, na íntegra, para pagar aos seus credores, o que afasta a qualificação da insolvência como culposa.*

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/4e3b7e876701167c802588e20042efaa?OpenDocument&fbclid=IwAR1cd3uB79nLmTdn-tsO9Yhw9IJN6lgr9ynVVRGwsaiM3-CEStHojnRaneO>

## SOCIEDADE DE ADMINISTRADORES DE INSOLVÊNCIA

### ADMINISTRADOR DA INSOLVENCIA | TRANSPARÊNCIA FISCAL Acórdão Supremo Tribunal Administrativo | 8/06/2022

*Não é aplicável às sociedades de Administradores de Insolvência o regime da transparência fiscal previsto no artigo 6.º do Código do IRC, para efeito de ser imputada no rendimento dos sócios, em sede de IRS, a matéria coletável da sociedade, nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, uma vez que a atividade do Administrador Judicial não está especificamente prevista na tabela a que se refere o artigo 151.º do Código do IRS.*

[http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/f1de5ce15b95c3228025886a003c7035?OpenDocument&ExpandSection=1&fbclid=IwAR3LTf9YvJBEO8wpxR5By8NwXhT7K7w2rjeRlvEYzBzbnOtGnildiwnXjc#\\_Section1](http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/f1de5ce15b95c3228025886a003c7035?OpenDocument&ExpandSection=1&fbclid=IwAR3LTf9YvJBEO8wpxR5By8NwXhT7K7w2rjeRlvEYzBzbnOtGnildiwnXjc#_Section1)

## PATROCÍNIO JUDICIÁRIO

### MASSA INSOLVENTE | PATROCÍNIO JUDICIÁRIO | CONTRA-ALEGAÇÃO DE RECURSO | PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra | 12/07/2022

*I – Quando não ocorra imposição legal de patrocínio judiciário na esfera da insolvência, a conveniência de tal patrocínio para os interesses da massa não dispensa o administrador de insolvência de obter a prévia concordância da comissão de credores, ou do juiz, na falta dessa comissão.*

*II – A decisão quanto à apresentação de contra-alegação em recurso, referente à pretensão de que determinadas dívidas reclamadas pela autoridade tributária sejam consideradas dívidas da massa, integra-se no âmbito do poder discricionário do administrador judicial.*

*III – Assim, sendo obrigatória a constituição de mandatário nos recursos, não pode o tribunal recusar o pagamento dos honorários ao advogado constituído para tal efeito, com fundamento em que se tratou de um ato desnecessário.*

[http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/39d01c1f8cbfc998802588c900397322?OpenDocument&fbclid=IwAR2mCS5oGNqc\\_-L\\_vJTopkiafP7FhsKweR9G6S4tpKUjRpYkAusAqKHiljQ](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/39d01c1f8cbfc998802588c900397322?OpenDocument&fbclid=IwAR2mCS5oGNqc_-L_vJTopkiafP7FhsKweR9G6S4tpKUjRpYkAusAqKHiljQ)



## IV. PUBLICIDADE

### Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Através da **audax firmus** (Agente de Seguros) tem acesso a um seguro de Responsabilidade Civil Profissional para a atividade de Administrador Judicial, recurso necessário e crucial na proteção do património, “trabalhando com rede”, com coberturas adaptadas para a sua atividade.

Na **audax firmus** somos seguros e temos a experiência acumulada dos riscos associados ao seguro profissional do Administrador Judicial, acrescentando valor no aconselhamento e gestão da sua apólice e, especialmente, no momento dos sinistros que tenham de ser participados, pois compreendemos a forma personalizada e eficiente de prestar um serviço de excelência, aquele que no seu lugar gostaríamos de receber.

Para mais informações sobre o seguro de Responsabilidade Civil Profissional Administrador Judicial e/ou outros temas relacionados com seguros contacte:

António Seródio Pereira

E. [a.serodio@audaxfirmus.pt](mailto:a.serodio@audaxfirmus.pt) / M. 966044154 / T. 217543830



A AudaxFirmus – Mediação de Seguros, Lda, com sede na Rua Hermano Neves, 22 – 2 B, 1600-477 Lisboa, pessoa coletiva nº 505326507, está inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com a categoria de Agente de Seguros, sob o n.º 407086520, com autorização para os ramos Vida e Não Vida, verificável em <http://www.asf.com.pt>. A AudaxFirmus Lda, não assumindo a cobertura de riscos, encontra-se devidamente autorizada a agenciar contratos de Seguros, procedendo, se for o caso, à cobrança de prémios para posteriormente os entregar ao Segurador.

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS:** A AudaxFirmus – Mediação de Seguros Lda. enquanto responsável pelos dados pessoais recolhidos, processa a informação de forma justa e transparente com objetivo de prestar serviços de cotar/emitir/gerir apólices de seguro e gestão de sinistros. Os dados pessoais podem ainda ser utilizados para o estritamente necessário no âmbito da nossa atividade, com intuítos próprios e concretos tais como prevenção e identificação de fraude e gestão financeira. Cada titular de dados terá sempre direito ao acesso e à correção dos mesmos, bem como o direito a pedir que estes sejam apagados. Para mais informação sobre o uso dos dados pessoais e os seus direitos pode entrar em contacto connosco através do email [geral@audaxfirmus.pt](mailto:geral@audaxfirmus.pt).

**GESTOR DE RECLAMAÇÕES:** A Audaxfirmus – Mediação de Seguros, Lda tem como Gestor de Reclamações, António Seródio Pereira, cujos contatos para o efeito são T. 217543832 / E. [a.serodio@audaxfirmus.pt](mailto:a.serodio@audaxfirmus.pt), o qual gere e assegura a resposta às reclamações apresentadas pelos Tomadores de Seguros, Segurados, Beneficiários ou Terceiros lesados (artigos 28.º RJDSR e 58.º da NR 13/2020).



# ONEFIX

LEILOEIRO S, L d a.®

[www.onefix-leiloeiros.pt](http://www.onefix-leiloeiros.pt)



Leilão Presencial



Carta Fechada



Leilão Eletrónico



Negociação Particular

## BONS NEGÓCIOS, EM QUALQUER LUGAR!





imóveis



veículos



equipamentos



mobiliário



máquinas



direitos

# **A** Plataforma Digital de Vendas Judiciais

*Os Negócios Mais Perto de Si!*

**+500 LEILÕES +500 OPORTUNIDADES +500 VANTAGENS**

A **APdEL** – Associação Portuguesa dos Estabelecimentos de Leilão  
apresenta em ***www.e-negocios.pt***  
um **serviço digital agregador de ativos** oriundos de processos judiciais.

**SEGURANÇA · GESTÃO AUTÓNOMA · EFICIENTE**





LeiloeiraLena

# COMPETÊNCIA TRANSPARÊNCIA E PROFISSIONALISMO

**Há mais de 25 anos no  
mercado! Há mais de 25 anos  
a trabalhar para satisfação dos  
nossos clientes e parceiros.**



**Saiba mais em:**  
**[www.leiloeiradolena.com](http://www.leiloeiradolena.com)**  
**e-mail: [geral@leiloeiradolena.com](mailto:geral@leiloeiradolena.com)**  
**tel.: 244 822 230**

# Leiloeira do Lena

1996

I. LEILOEIRA DO LENA LDA.

A Leiloeira do Lena é uma empresa com estrutura e organização para desempenhar atividade leiloeira, fundada em 1996.

Começamos por desenvolver a nossa ação, no âmbito da liquidação das massas insolventes, colaborando com os Tribunais, Serviços de Finanças, entre outras.

Com a dedicação, competência, transparência e profissionalismo na prestação dos nossos serviços, rapidamente ocupamos uma posição consolidada no mercado, tornando-se numa referência de atividade desempenhada.

2006

Leiloeira do Lena

O volume crescente de trabalho e de parcerias, leva nos a primeira recriação. A partir de agora caminhamos a passos com a tecnologia, nasce o nosso primeiro website e mudamos o nosso logo.

Com uma imagem renovada, mas mantendo os mesmas elevadas exigências de qualidade, com as quais marcamos a nossa presença no mercado e a partir de agora à escala internacional.

2008

Credível e crescente carteira de clientes, em combinação com o vasto numero de serviços oferecidos leva nos a contratação de novos funcionários, o que resultou numa expansão da empresa.

2014

Com a expansão foram crescendo e melhorando os serviços oferecidos, embora a especialização e vocação continue a ser as vendas judiciais e extrajudiciais.



2021

Leiloeira do Lena

Um ano marcante no nosso percurso. Ao completar 25 anos no mercado, sentimos que a nossa imagem já não se encontrava alinhada com os nossos valores, decidimos melhorar, como tal desenvolvemos um novo site, mais dinâmico, interativo e profissional, para ir de encontro às vossas necessidades e fazer jus à nossa voz, mantendo inalterável a nossa missão: GARANTIR A SUA SATISFAÇÃO!

2022

Convidámo-lo a fazer parte dos próximos capítulos da nossa história de sucesso!



A Melhor Rede de Negócios!

# SIMPLES, INTUITIVO E COMPLETO

A Compra e Venda em Leilão Eletrónico é a Estratégia Eficaz que Proporciona Negócios Únicos!



#Leiloespt  
#LeiloesEletronicos

A PLATAFORMA LEILOES.PT APRESENTA OPORTUNIDADES PRATICAMENTE IMPOSSÍVEIS DE SE OBTER ATRAVÉS DE OUTROS MEIOS NO MERCADO.

## PARTICIPAR NOS LEILÕES LEILOSOC® É SIMPLES

MANTENHA-SE INFORMADO E VISITE O NOSSO QUIOSQUE DE JORNAIS ONLINE:

[www.leilosoc.com/press/advertising](http://www.leilosoc.com/press/advertising)



### 24 HORAS POR DIA AO SEU LADO

- Equipa profissional e especializada
- Ao Seu Dispor – uma oferta completa para se Sentir acompanhado (Chat, Email e Telefone)
- Conjunto Alargado de Soluções (Facebook, LinkedIn, Twitter, Instagram, Youtube)
- Plataforma exclusiva e diferenciadora (Quiosque Online/ Imprensa)
- Projeção nacional e internacional (Newsletter e Mailing)

### LEILOES.PT – A MELHOR REDE DE NEGÓCIOS!

- Uma larga seleção de imóveis e equipamentos
- Excelente qualidade – preço
- Diversas categorias (Livros, Vinhos, Antiguidades, Numismática/ Filatelia, Mobiliário, Candeeiros, Design e Vintage, Motos/ Automóvelia, Carros Clássicos, Marcas e Patentes, Relógios, Arte Moderna e Contemporânea)

## QUEM SOMOS

Constituída por profissionais que atuam no mercado há cerca de 30 anos, a **Luso-Roux** presta serviços de **consultoria** e realiza **avaliações imobiliárias** e de **equipamento** para um conjunto alargado de entidades nacionais e internacionais. Entre os nossos clientes, encontram-se os principais operadores do mercado empresarial (para avaliações imobiliárias e de equipamento), tais como:

- Sociedades gestoras;
- Fundos de investimento e Fundos de Pensões;
- Instituições financeiras e bancárias;
- Seguradoras;
- Clientes privados;
- Entidades públicas;
- Proprietários;
- Investidores e
- **Administradores de Insolvência**

Somos uma **equipa pluridisciplinar** com um conjunto de competências e experiência acumulada que permite **avaliar todo o tipo de ativos**.

## O QUE FAZEMOS

- Valorização de ativos
- Garantia bancária
- Fins contabilísticos
- Contratação de seguros
- Negociação de rendas
- Viabilidade económico-financeira de um projeto imobiliário
- Expropriações
- Partilhas
- Financiamento à atividade agrícola e florestal
- Representação de clientes enquanto Peritos Especialistas
- **Peritagens em Processos de Insolvência**

## VIAS & RUMOS, LDA

### LEILÕES DE QUALIDADE, COM RIGOR E SERIEDADE

O principal objetivo da **Vias & Rumos** é organizar e realizar leilões de qualidade, com rigor e seriedade. Assegurarmos um trabalho sério e responsável, onde a ética e o compromisso fazem parte da nossa rotina. Como tal, contamos com uma equipa dinâmica e uma estrutura organizada que procura constantemente novos parceiros e oportunidades de negócio, de modo a criar mais valias para os seus clientes.

### ÁREAS DE ATUAÇÃO

O know how acumulado da nossa equipa permite que a Vias & Rumos se distinga como uma empresa de excelência no setor onde opera. Prestando serviços de qualidade que abrangem os mais diversos setores de atividade.

- [Imóveis](#)
- [Veículos](#)
- [Equipamentos](#)
- [Mobiliário](#)
- [Máquinas](#)
- [Direitos](#)

### SERVIÇOS

Dispomos de uma equipa especializada na liquidação das massas insolventes, que desencadeia ações e meios para valorizar o produto da venda de modo a dar resposta à sua procura e a satisfazer as suas necessidades, tais como:

- Localização e identificação de bens;
- Colaboração e tratamento de documentação (arrolamentos e apreensões), preparação e organização de lotes dos bens para a venda;
- Apoio na obtenção de documentações, levantamentos topográficos, retificação de áreas, etc.;
- Gestão Logística: Arrombamento e ou mudança de fechaduras.
- Remoção de bens, transporte e armazenamento;
- Assunção da função de fiel depositário, com relatórios sobre o estado físico dos bens;
- Promoção e divulgação da venda a nível nacional e internacional;
- Coordenação de visitas e acompanhamento de esclarecimentos aos interessados;
- Apresentação de relatório da venda.

\*A divulgação das vendas é promovida em jornais nacionais e ou locais, contacto direto, redes sociais, newsletters remetidas por e-mail e através do site [www.viaserumos.pt](http://www.viaserumos.pt)

### MODALIDADES DE VENDA

- [Leilão Presencial](#)
- [Leilão online](#)
- [Carta Fechada](#)
- [Negociação Particular](#)

### CERTIFICAÇÃO

A Vias & Rumos encontra-se [licenciada para o exercício da atividade Leiloeira](#), junto da DGAE, em consonância com o Decreto-Lei nº 155/2015 de 10 de Agosto.


Registe-se:

 [www.viaserumos.pt](http://www.viaserumos.pt)

Informações através:

 [geral@viaserumos.pt](mailto:geral@viaserumos.pt)

Contacte-nos:

 (+351) 244 828 092

Siga-nos:

 [@viaserumos](https://www.facebook.com/viaserumos)



LISBOA:

Rua Campos Júnior, 7 A 1070-306 Lisboa

LEIRIA:

Rua Francisco Pereira da Silva, 28 2410-105 Leiria



# Os **SEGUROS** não tem de ser **cinzentos.**



**Innovarisk**  
UNDERWRITING  
ESPECIALIZADOS. POR SI.

Innovarisk Lda – Av. Duque de Loulé, 106 - 7º e 8º, 1050-093 Lisboa, Portugal  
T +351 215 918 370 E geral@innovarisk.pt <https://innovarisk.pt>  
NIF 510624138

A Innovarisk Lda. está inscrita na ASF como Agente de Seguros, Ramo Não Vida através do N.º 413390115, de 19/06/2013, dados passíveis de confirmar em <http://www.asf.com.pt>.